

Por uma História Conceitual do Político* (nota de trabalho)¹

Pierre Rosanvallon**

RESUMO

A formulação de uma História Conceitual do Político busca preencher as lacunas metodológicas que têm dificultado a apreensão da dimensão histórica do político. Pretende ser um recurso na compreensão do presente (passado ou in flux) através da observação e análise da formação do que o autor chama de "racionalidades políticas". Sua originalidade e contribuição residem, portanto, no método de abordagem de um objeto já conhecido, o político, adquirindo um caráter complementar à História das Mentalidades, das Idéias e mesmo dos acontecimentos, com as quais reconhece a necessidade de dialogar e interagir.

ABSTRACT

The formulation of a concept of politic tries to overcome the methodological difficulties involved in the apprehension of the historial dimension of politics. The Author proposes in this article an approach which analyses what he calls the "rationalities of politics". The main contribution of this article is the rescue of politics in association with the history of "mentalités", of ideas and of the events with which the Author recognizes the need of interation.

O historiador das idéias, o filósofo e o historiador dos acontecimentos e das instituições durante muito tempo repartiram a apreensão do campo político, compartimentando-o em três territórios disciplinares estritamente separados. Os herdeiros de Langlois-Seignobos e de Fustel de Coulanges, os rivais de Emile Faquet e os descendentes de Victor Cousin cultivaram tranqüilamente, por mais de meio século, seus pequenos jardins de "especialistas" universitários sem darem uma olhada, sequer, nos jardins de seus vizinhos. E isso, quaisquer que fossem suas preferências partidárias e as orientações filosóficas, que impregnavam seus trabalhos. Daí o desgaste progressivo destes gêneros tradicionais. Quanto a isso, os jovens historiadores mais brilhantes guardavam, nitidamente, distância desde a década 1930. Os termos de suas críticas são bastante conhecidos

*Tradução de Paulo Martinez. Universidade de São Paulo. NÚCLEO DE SÃO PAULO.

**École des Hautes Études en Sciences Sociales. Paris.

para nos determos aqui. Desta forma, em sua contribuição ao *Faire de l'histoire*², Jacques Julliard explica com propriedade a má reputação de que goza a história política entre os historiadores franceses de quarenta anos para cá.

Isto quer dizer que o estudo do político foi progressivamente abandonado, cedendo completamente o lugar a novos interesses, voltados para o econômico, o social ou o cultural, trabalhados pela geração dos Ariés, dos Braudel e dos Febvre? Não exatamente. O declínio da história política tradicional também foi acompanhado pelo desenvolvimento da história das mentalidades políticas e sobretudo da sociologia política. Em *La République au Village*³, Maurice Agulhon enalteceu a primeira, buscando abrir caminho para uma nova abordagem da história política preocupada em manter suas distâncias frente às problemáticas deterministas (cf. Ernest Labrousse: "O social está em descompasso com o econômico, e o mental não acompanha o social") e às estritas descrições etnológicas. A sociologia política, por sua vez, recebeu um favor incontestável, a criação de uma agregação de ciências políticas consagrando sua especificidade universitária em meados dos anos 1970. O desenvolvimento dessa disciplina, além da retomada do interesse pela história das idéias que disso resultou, traduziu-se, sobretudo, pela multiplicação dos trabalhos sobre as forças políticas e o sistema político. Precipitando-se na senda aberta, no início do século, por Robert Michels⁴ e Moisés Ostrogorski⁵, Anni Kriegel⁶, Maurice Duverger⁷ e Georges Lavau⁸, para citar somente alguns nomes e livros que se tornaram clássicos, no estudo do PCF ou ao estudo global dos partidos. Por outro lado multiplicaram-se os trabalhos sobre as elites políticas e o funcionamento geral do sistema político.

Muitos dos livros publicados nestas duas direções da história das mentalidades políticas e da sociologia política, inovaram e permitiram renovar a abordagem do campo político. Mas eles não preencheram o vazio deixado pelo perecimento progressivo da história das idéias e da história das instituições. O deslocamento de método e do objeto que eles operaram também marcou rapidamente seus limites. O que fica claro tomando-se como exemplo o fato comunismo. A multiplicação dos estudos sobre o PCF ou o movimento comunista internacional, e há excelentes, não permitiu entender melhor a essência do totalitarismo, limitando dessa forma a compreensão que se poderia ter do funcionamento das sociedades comunistas. Daí o interesse crescente pela filosofia política desde o começo da década de 1970.⁹

Desta forma, a abordagem dos problemas políticos foi marcada,

nos últimos trinta anos, por uma série de deslocamentos sucessivos, seja simplesmente por resvalar no seio da profissão dos historiadores, seja por meio da reativação disciplinar. De um lado, os historiadores das mentalidades sucederam aos historiadores ditos factuais. Por outro, os sociólogos deram continuidade aos historiadores, depois os filósofos aos sociólogos. Uma vez constatado isto, uma primeira discussão poderia ter lugar na tentativa de avaliar a contribuição específica das grandes obras que caracterizaram cada uma dessas etapas. Duvido que ela tenha verdadeiramente um grande interesse, se a questão é posta nestes termos. Percebo isso tanto melhor, porquanto eu mesmo já fui tentado, num certo momento, a pensar nesta perspectiva a renovação do estudo da política (transformando naturalmente a filosofia política na via privilegiada de acesso ao político, supondo realizar, em relação aos sociólogos e aos historiadores das mentalidades uma ruptura equivalente à que os pais fundadores dos *Annales* tinham provocado frente a seus predecessores). Que a contribuição da filosofia política seja decisiva é inquestionável não duvido disso, evidentemente. Bem como estou intimamente persuadido de que ela abriu novos horizontes à compreensão do mundo contemporâneo. A forte presença da filosofia política diante da cena intelectual francesa da década de 1980 é certamente um fenômeno significativo, que se explica por um certo esgotamento das grandes correntes que marcaram o desenvolvimento das ciências sociais nos anos 60. Contudo, este fenômeno não se confunde com outro mais difuso, conexo, porém distinto: a formação progressiva de uma “*histoire conceptuelle du politique*”, superando o jogo de fragmentação e dos deslocamentos que acabo de evocar.

O fato intelectualmente mais interessante dos últimos dez anos, parece residir na aproximação progressiva das problemáticas de análise do político e de especialistas oriundos de diferentes disciplinas. Todo um conjunto de reorientações disciplinares, autônomas na origem, configurou pouco a pouco, um espaço comum. Citemos, à título indicativo, para ilustrar o que foi dito:

- a redescoberta e a renovação da história das idéias com trabalhos como os de C. Nicolet (*Histoire de l'idée républicaine en France*¹⁰), de P. Manent (*Naissance de la Politique Moderne*¹¹), de P. Benichou (*Le sacre de l'écrivain*¹²) ou de L. Dumont (*Homo Aequalis*¹³);
- a renovação filosófica da história política com os livros de F. Furet (*Penser la révolution française*¹⁴) ou de B. Baczko (*Lumière de l'utopie*¹⁵);

- a filosofia política do acontecimento com os ensaios de C. Lefort reunidos em *L'invention démocratique*¹⁶;
- o desenvolvimento de uma antropologia política na linhagem das obras de P. Clastres (*La société contre l'État*¹⁷) e de M. Gauchet e G. Swain (*La pratique de l'esprit humain*¹⁸);
- a reativação da filosofia do direito por jovens filósofos como L. Ferry e A. Renant (*Des droits de l'homme à l'idée républicaine*¹⁹).

Todas essas obras têm em comum uma certa dimensão filosófica. Mas esse traço não é suficiente para caracterizar suas semelhanças. A unidade desses trabalhos reside mais precisamente em um pressuposto metodológico e em uma questão. O pressuposto metodológico deriva da definição implícita do político sobre a qual eles se fundam. O político não é para eles uma "instância" ou um "domínio" entre outros da realidade: é o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraiza e se reflete ao mesmo tempo. A questão? É a da modernidade, de sua instauração e de seu trabalho.

Parece-me que é chegada a hora de superar a simples constatação dessa convergência globalmente definida, para construir, de maneira mais rigorosa, a noção de história conceitual do político, da qual esses diferentes trabalhos participam. O primeiro passo dessa construção implica em diferenciar com clareza essa história conceitual da história tradicional das idéias. Diferenciação necessária, pois temos a impressão que os autores e obras citadas, estão muitas vezes, sobre o fio da navalha - posição precária, naturalmente, que também sinto como sendo a minha.

* * *

A tradicional história das idéias me parece marcada por um certo número de fraquezas metodológicas que precisam ser cuidadosamente identificadas. Podemos enumerar pelo menos cinco:

- 1) **A tentação do dicionário:** consideremos algumas obras clássicas do final do século XIX como as de Émile Faquet, *Politiques et moralistes au XIX^e siècle*²⁰, ou de Paul Janet, *Histoire de la philosophie morale et politique*²¹. De fato, elas se constituem somente de uma adição de monografias consagradas a autores. Cada um desses estudos pode ter méritos intrínsecos, mas seu reagrupamento não compõe uma obra que permita compreender o movimento intelectual do século. Podemos fazer a mesma restrição aos livros mais recentes, como o de Pierre Mesnard,

*L'essor de la philosophie politique au seizième siècle*²². Se eu não tiver lido Althussius ou Hotman, esse livro me dará uma idéia de suas obras, mas a apresentação sucessiva de duas dezenas de grandes autores da época não fornece a chave das mudanças radicais que se operam então na filosofia política. *Le temps des prophètes*²³ de Paul Bénichou ou *L'histoire des ideologies*²⁴ publicadas sob a direção de François Châtelet tem o mesmo inconveniente. Isso não significa que essas obras devam ser rejeitadas. A maioria delas constituem, ao contrário, preciosos instrumentos de trabalho. Essas obras não têm nada de *histórico*. São dicionários especializados de obras ou manuais de doutrinas políticas. Elas podem ser notáveis no detalhe de suas análises, fornecer um manancial de indicações bibliográficas úteis, apresentar uma hábil síntese desta ou daquela obra, até mesmo renovar a apreensão de um autor particular, mas, geralmente, não são sustentadas por nenhuma problemática global. São livros feitos para serem “consultados”, não precisam ser lidos de maneira sistemática para dar sua contribuição. Em nossas bibliotecas são guardados nas prateleiras do dia a dia, ao lado dos dicionários. Um lugar importante.

- 2) **A história das doutrinas:** começando por uma “doutrina” qualquer: a idéia de progresso, o socialismo, o liberalismo, o contrato social, o utilitarismo, etc. A “história” de uma doutrina consiste geralmente em um difícil trabalho de demarcação do encaminhamento da “idéia” na história. Neste sentido são obras exemplares como as de E. Halévy, *La formation du radicalisme philosophique*²⁵, de R. Derathé, *J. J. Rousseau et la science politique de son temps*²⁶, de A. Lichtenberger, *Le Socialisme au XVIII Siècle*²⁷. Eles pressupõem que as doutrinas que estudam representam qualquer coisa de definitivo ou de estável. Concepção abertamente finalista que transforma tais obras em longas buscas de precursores. Partem de Rousseau, de Bentham ou de Marx para identificar todos aqueles que os “anunciam”, os “prefiguram”, ou “marcam uma etapa” na formação da doutrina que eles encarnam. O leitor vê desfilar diante dele capítulos nos quais algumas obras só são interrogadas em relação a um ponto de chegada já conhecido. Na sua forma erudita (R. Desathé, E. Halévy), tais histórias têm ao menos o mérito de reunir um verdadeiro material documentário e têm a prudência de colocar li-

mites muito estritos na sua investigação das antecipações da doutrina que estudam. Na sua forma vulgar, tendem inevitavelmente a alargar seu campo, para fazer da doutrina em consideração, o resultado radioso de toda a história filosófica. Por exemplo, histórias do materialismo histórico que, partindo dos filósofos da antigüidade, erguem laboriosamente a longa lista de todos aqueles que “perceberam” a dita doutrina, sem se dar conta, até que ela seja, por fim, apreendida em sua totalidade por Marx. As doutrinas são como germes, cujo crescimento podemos contemplar em obras que, no fundo, não têm nenhum outro interesse, senão o de refletir o tortuoso percurso. Paradoxalmente uma história como essa não tem nada de histórico. É a noção mesma de doutrina que está em questão.

- 3) **O comparativismo textual:** coabita freqüentemente com a história das doutrinas. Consiste somente em pensar uma obra em relação àquelas que a sucedem ou a precedem, a só fazê-la existir relativamente ao que lhe é exterior. Quantas apresentações de Maquiavel, Auguste Comte ou Locke, nas quais trata-se sobretudo de questões que não são suas, mas de obras às quais emprestam sua contribuição, aos trabalhos futuros aos quais abrem a via. A história das idéias consiste então em manipular uma espécie de caleidoscópio graças ao qual nós podemos arrumar uma multiplicidade de figuras sempre bem ordenadas. Este comparativismo sistemático dissimula freqüentemente uma ausência total de capacidade de interrogação dos textos. A arte do comentário consiste em se abrigar sempre atrás da pressuposição de uma característica explicativa da referência. Dizer de Sieyès que ele anuncia Benjamim Constant não ensina evidentemente nada, se nós sabemos apenas que este último anuncia Tocqueville ou que se opõe à Joseph de Maistre. A história das idéias atua no entanto freqüentemente desta forma. Este comparativismo generalizado marca geralmente uma pobreza da reflexão que se esconde atrás de um exercício de pseudo-erudição. A este defeito de base acrescenta-se, na maioria dos casos, uma cegueira quanto às diferenças de contexto nas quais as obras tomam sentido. Compara-se Adam Smith e Benjamim Constant como se suas obras procurassem responder à mesma questão. A obra é implicitamente apreendida como um texto autônomo, ela não é concebida jamais como um *trabalho* do

qual se trataria de compreender os determinantes. Aliás, disto resulta, geralmente, uma acumulação de equívocos, supõem-se que as próprias palavras não têm história. Comparar-se-á Rousseau, Tocqueville e Gambetta sem se preocupar com o fato de que o termo democracia não tem o mesmo sentido para nenhum deles.

- 4) **O reconstrutivismo:** a análise e o comentário têm nesse caso por objeto prático reescrever uma obra para estabelecê-la numa coerência e clareza que se supõe fazer falta ao autor. O Marx de Althusser é o exemplo quase perfeito desse reconstrutivismo. Cada um também pode ter seu Burke, seu Maquiavel, ou seu Tocqueville. É uma maneira de pensar por procuração, ao abrigo de uma obra sobre a qual podemos até projetar qualquer coisa. No fundo, a obra não é levada a sério, é apenas o suporte de uma interpretação que a sufoca e a invade, sendo observada a distância.
- 5) **O tipologismo:** causa estragos sobretudo em manuais como *L'histoire des idées politiques* de Jean Touchard (Thémis) ou a obra de Marcel Prélot que leva o mesmo título (Daloz), que infelizmente ainda constituem a base da preparação universitária nas Faculdades de Direito e de Ciência Política. A história das idéias se reduz nessas obras à confecção de uma espécie de vasto catálogo das escolas de pensamento e das doutrinas. Os autores distribuem algumas centenas de obras em pequenos compartimentos bizarramente etiquetados. Abramos o Prélot. Nele, aprendemos a distinguir o nacionalismo “emotivo” (Barrés, Peguy), “integral” (Mauras), “totalitário” (Hitler, Mussolini), “personalizado” (De Gaulle). Quanto ao liberalismo, ele pode ser “puro” (Constant), doutrinário, democrático, católico, construtivo, extremista; contudo, o termo liberalismo jamais é definido. Não há história nenhuma nesses manuais, propensos a organizar tudo em termos de escolas, de etapas, de períodos, de correntes. A arte da classificação substitui o pensamento e a compreensão das obras. Não acredito que possamos compreender algo de Benjamin Constant qualificando-o de liberal puro, tampouco, saber apenas que Saint-Simon é um socialista utópico pode ser de grande valia para alguém.

Estas cinco fraquezas da história das idéias freqüentemente se misturam nos diversos graus. O problema, notê-mo-lo, não se limita ao único

debate texto/contexto tal como ele se desenvolveu, por exemplo, na Inglaterra e nos Estados Unidos no início dos anos 1970. O maior defeito de todas essas obras tradicionais da história das idéias é que não nos permitem compreender nada de histórico mesmo quando nos ensinam muitas outras coisas. Em primeiro lugar, é em função desse limite fundamental que se faz necessário considerar a contribuição da história conceitual do político.

* * *

O objeto da história conceitual do político é a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação encaram seu futuro. Partindo da idéia que estas representações não são uma globalização exterior à consciência dos atores - como o são por exemplo as mentalidades - mas que elas resultam, ao contrário, do trabalho permanente de reflexão da sociedade sobre ela mesma, tem por objetivo: 1) fazer a história da maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais procuram construir as respostas àquilo que percebem mais ou menos confusamente como um problema, e 2) fazer a história do trabalho realizado pela interação permanente entre a realidade e sua representação definindo os campos histórico-problemáticos. Seu objeto é assim a identificação dos “nós históricos” em volta dos quais as novas racionalidades políticas e sociais se organizam; as representações do político se modificam em relação às transformações nas instituições; às técnicas de gestão e às formas de relação social. Ela é história política na medida em que a esfera do político é o lugar da articulação do social e de sua representação. Ela é história conceitual porque é ao redor de conceitos - a igualdade, a soberania, a democracia, etc. - que se amarram e se comprovam a inteligibilidade das situações e o princípio de sua ativação.

Alguns exemplos destes “nós” e destas questões: como trabalhar a questão “terminar a revolução” na cultura política do século XIX na sua relação com a percepção de Thermidor? Como se produz a questão do liberalismo e da democracia durante a revolução? Como e porque o pensamento da dependência social se transforma na Inglaterra do século XVIII? Esses exemplos pontuais nos levam a fazer uma observação fundamental: se a história conceitual do político pode apreender muitos objetos distintos, por outro lado, está sempre relacionada a uma perspectiva central, aquela da interrogação sobre o sentido da modernidade política, de seu

advento e de seu desenvolvimento; modernidade política ligada à emergência progressiva do indivíduo como figura geradora do social, colocando a questão das relações entre o liberalismo e a democracia no centro da dinâmica da evolução das sociedades.

Contrariamente à história das idéias, a *matéria* desta história conceitual do político não pode se limitar à análise e ao comentário das grandes obras, mesmo se aquelas se permitem, em certos casos, serem consideradas como pólos, cristalizando as questões que uma época se coloca e as respostas que tenta apontar. Ela toma emprestado da história das mentalidades²⁸ a preocupação de incorporar o conjunto dos elementos que compõem este objeto complexo que é uma cultura política: o modo de leitura das grandes obras teóricas, as obras literárias, a imprensa e os movimentos de opinião, os panfletos e os discursos de circunstâncias, os emblemas e os signos. Nós não podemos por exemplo nos contentar em apreender a questão das relações liberalismo/democracia durante a revolução francesa supondo que ela consiste em um tipo de debate de cúpula entre Rousseau e Montesquieu. É preciso fazer um esforço de compreensão do que foi retido desses autores por aqueles que se dizem seus seguidores, ou, por aqueles que deles fazem uso, interrogar a massa de petições enviadas à Assembléia, mergulhar no universo das brochuras e dos libelos, reler os debates parlamentares, penetrar nos clubes e nas comissões. É preciso igualmente fazer a história das palavras e estudar a evolução da língua. (Por exemplo, não entendemos a mesma coisa em 1789 ou em 1793 quando falamos de democracia.) Mais largamente ainda, a história dos acontecimentos deve ser levada em conta de forma permanente. Nessa medida, não há matéria própria à história conceitual: ela consiste desde logo em coletar o conjunto de materiais sobre os quais se apóiam, de forma separada, os historiadores das idéias, das mentalidades, das instituições e dos acontecimentos.

Sua originalidade reside antes no seu *método* que em sua matéria. Este método é ao mesmo tempo *interativo* e *compreensivo*. Interativo, pois consiste em analisar a forma como uma cultura política, as instituições e os fatos interagem uns nos outros, compondo figuras mais ou menos estáveis: a análise dos hábitos, das separações, dos recobrimentos, das convergências, dos vazios que acompanham esta interação e assinalando tanto seus equívocos ou ambigüidades como as formas de realização. Compreensivo pois se esforça por compreender uma questão re-situando-a em suas condições efetivas de emergência. É impossível nestas circunstâncias limitar-se a uma abordagem "objetivista" que pressupõe da parte do histo-

riador que ele paire acima e domine, do exterior, um objeto inerte. A abordagem compreensiva busca apreender a história em sua gestação, enquanto ela é uma possibilidade de vir a ser, antes que ela seja estabelecida em seu estatuto passivo de necessidade. Compreender, no sentido de Max Weber (*verstehen*), no campo histórico implica em reconstruir a forma como os atores elaboram sua compreensão das situações, em detectar as recusas e atrações a partir das quais os atores pensam sua ação, em desenhar a árvore dos impasses e das possibilidades que estrutura implicitamente seu horizonte. Método empático, porque supõe a capacidade de retomar uma questão situando-se no interior de seu trabalho. Mas empatia naturalmente limitada pelo distanciamento que permite pensar as zonas escuras e as contradições dos atores ou dos autores. Empatia controlada, se preferirmos.²⁹

Esta abordagem compreensiva extrai sua justificativa da pressuposição de um invariante entre a situação do autor ou do ator estudado e a nossa. Para o sociólogo weberiano esta invariante é a da natureza humana. No caso da história conceitual das idéias, consiste na consciência que temos de permanecer imersos nas questões estudadas. A obra do historiador pode assim abrir a via a um engajamento intelectual de novo tipo. Este não consiste em atacar idéias, preferências ou “a priori” em uma leitura ou conferência; este engajamento também não é a simples apresentação dos grupos sociais ou dos autores, para os quais o intérprete pode se sentir atraído. A meta é fazer desta história conceitual um recurso de compreensão do presente. Idéia extremamente banal, poderíamos dizer: a história do passado sempre tem por interesse esclarecer o presente. Vistas de perto, as coisas não são assim tão simples. Muitos livros de história procuram antes reinterpretar o passado em função do presente, ou mesmo do futuro, tal como nós o imaginamos. Esta inversão dos termos da operação de compreensão me parece particularmente marcante no domínio da história política. Tomemos o exemplo da história política da Revolução Francesa. O livro de Aulard³⁰, que constitui a obra clássica de referência sobre o assunto, analisa o movimento político da Revolução relacionando permanentemente os discursos e as instituições políticas do período com o que ele acredita ser a forma estável e acabada da idéia democrática.³¹ Segue assim os avanços e os recuos da democracia de 1789 à 1799 a partir de sua própria visão da democracia (o governo para o povo e pelo sufrágio universal). Ele julga este período a partir do presente tomado como ponto fixo. Uma história gradualista e linear deste tipo, considera, assim, como um dado e uma aquisição garantida (o sufrágio universal = a democracia),

o que é, de fato, o lugar de trabalho de um problema (a redução progressiva da idéia democrática àquela do voto). Aulard age como se a idéia democrática estivesse presente de saída, desde o início, só estando impedida de realizar-se plenamente dadas as circunstâncias, o insuficiente discernimento dos atores ou a situação da luta de classes entre o povo e a burguesia. A história entendida desta forma é sempre simples: ela é o lugar onde se afrontam as forças contrárias (a ação e a reação, o progressista e o retrógrado, o moderno e o arcaico, o burguês e o popular) cuja resultante explica os avanços e os recuos da idéia. O passado é julgado do ponto de vista de um presente que não é, ele mesmo, pensado. A história torna-se nestas condições um verdadeiro obstáculo à compreensão do presente. A história conceitual do político, em sua dimensão compreensiva, permite, ao contrário, suprimir a barreira que separa a história política da filosofia política. Compreensão do passado e interrogação do presente participam de uma mesma empreitada intelectual. Ela oferece, aliás por si mesma, um terreno de reencontro ao ensaísmo e à erudição que são apresentados freqüentemente como antagônicos. A erudição é a condição indispensável da apreensão do trabalho que se opera na história (a soma das informações que precisamos mobilizar e das leituras que precisamos realizar é, com efeito, considerável para efetuar uma operação compreensiva) e o ensaísmo, como forma de intervenção na atualidade, é o motor da interrogação que funda o desejo de conhecer e compreender.

* * *

Em linhas gerais estas observações, esboçadas à grosso modo, voluntariamente, sugerem que a história conceitual do político não conduz propriamente à rejeição das vias tradicionais da história das idéias, dos acontecimentos e das instituições, ou aquelas mais recentes da história das mentalidades, mas apenas à recuperação de suas matérias em uma perspectiva diferente. Trabalho de recuperação que pode explicar, em certos casos, o risco de um simples retorno. Isto é particularmente visível em matéria de história das idéias. Este campo esteve, com efeito, longamente abandonado sendo preciso muitas vezes reconstruir a matéria mais tradicional antes de fazê-la trabalhar na perspectiva da história conceitual. É preciso levar adiante, pela força das circunstâncias, um duplo esforço de recuperação e de inovação.

A história conceitual assim definida deve, enfim, ser distinguida de algumas tentativas que foram realizadas recentemente para renovar a his-

tória das idéias: a da história contextual das idéias (cf. os trabalhos de Quentin Skinner) em particular. Skinner, autor do maravilhoso *The foundations of modern political thought*³², procurou superar o antagonismo, particularmente marcado nos países anglo-saxões, entre a leitura “filosófica” dos grandes autores³³, criada sobre a ereção do texto em objeto fechado e auto-suficiente³⁴, e a leitura “histórica” que, impregnada de elementos do marxismo, tende a fazer das obras simples produtos ideológicos derivados das circunstâncias e por elas determinadas. Fortemente marcado pelo trabalho de J. L. Austin³⁵, Skinner, além de sua preocupação de não se limitar aos “grandes autores”, buscou ler os textos como “atos lingüísticos” situados nos “campos de significação convencionalmente reconhecíveis”. O texto é lido como um discurso cuja ponta somente pode ser apreendida se restituirmos as intenções do autor em um contexto de convenções. Esta abordagem renovou substancialmente a história das idéias e permitiu estabelecer um diálogo entre o historiador e o filósofo, mas cuja característica inovadora esteve, segundo me parece, limitada pela não-distinção da problemática dos “problemas eternos da filosofia” e aquela do trabalho das questões. Os termos nos quais o debate metodológico sobre a forma de fazer a história das idéias se processou nos Estados Unidos e na Inglaterra³⁶, conduziram Skinner a suspeitar, sistematicamente, de “filosofia perene”, de todo aquele que tendia intelectualmente a articular a leitura das questões do presente com a leitura do passado.³⁷ As condições nas quais ele desenvolveu suas críticas da história tradicional das idéias levaram-no a não dar o passo que o teria conduzido, muito naturalmente, a prolongar seu movimento em direção à história conceitual do político: ele quis, ou teve que permanecer, em seu papel de professor em Cambridge. Sua contribuição é, no entanto, incontestável e reconheço minha dívida para com ele.

* * *

A história conceitual do político não se funda sobre a aplicação mecânica de receitas, bastando aplicá-las na redação de um livro que possa ilustrar, melhor que uma desajeitada “declaração de intenções”, o que ela aspira realizar. Toda obra permanece uma frágil tentativa de produzir um suplemento de inteligibilidade pela escrita. Esta, talvez, mais que outras.

NOTAS

¹ O estatuto de *nota de trabalho* deste texto destina-se a preservar sua característica de reflexão em aberto. A reflexão epistemológica e programática que nela se desenvolve está inserida no período de redação de uma obra consagrada à História da democracia francesa (*Histoire de la Démocratie Française*) onde tentou-se por em prática as preocupações e orientações metodológicas que sugiro aqui. Fiz uma primeira experiência, ainda que limitada e hesitante, nesta direção da História Conceitual do Político em *Le moment Guizot* (Paris, Gallimard, 1985), procurando tomar distância da história política tradicional, principalmente daquilo que se convencionou chamar história das idéias. A meio caminho de um livro, sem vínculos comigo atualmente, e que hoje me é possível lê-lo com um olhar crítico, e de uma obra que ainda está diante de mim, esta nota de trabalho reflete o sentido de um esforço em realização e, portanto, não formula, de maneira nenhuma, conclusões metodológicas, inerentes apenas a um trabalho que cessou de interrogar a si mesmo. Publicado originalmente em *Revue de Synthèse*. IV série, n. 1-2, janvier/juin 1986. Tradução de Paulo Henrique Martinez.

² Paris, Gallimard, 1974. 2 v. "Nouvelles approches" (*História: novas abordagens*. São Paulo, Francisco Alves, 1978).

³ Paris, Le Seuil, 1979 (1. éd., Plon, 1970).

⁴ *Les parties politiques* (1911), Paris, Flammarion, 1971.

⁵ *La démocratie et les parties politiques*. (2 v., 1902). Reedição abreviada por Pierre Rosanvallon, Paris, Le Seuil, 1979.

⁶ Cf., principalmente, *Les communistes français. Essai d'ethnographie politique*. Paris, Le Seuil, 1968.

⁷ *Les parties politiques*. Paris, A. Colin, 1951.

⁸ *A quoi sert le parti communiste français?* Paris Fayard, 1982.

⁹ O lançamento de novas coleções como: *Les classiques de la politique*, da Garnier; *Critique de la politique*, da Payot; *Recherches politiques* na PUF ou de revistas como *Libre e passe-present* constituem alguns sinais, entre outros.

¹⁰ Paris, Gallimard, 1982.

¹¹ Paris, Payot, 1977.

¹² Paris, Jose Corti, 1973.

¹³ Paris, Gallimard, 1976.

¹⁴ Paris, Gallimard, 1978.

¹⁵ Paris, Payot, 1978.

¹⁶ Paris, Fayard, 1981.

¹⁷ Paris, Ed. de Minuit, 1974.

¹⁸ Paris, Gallimard, 1980.

¹⁹ Paris, PUF, 1985.

²⁰ Paris, 3 v., s.d.

²¹ Paris, 2 v., 1858.

²² Paris, Vrin, 1969. (1. éd., 1936).

²³ Paris, Gallimard, 1977.

²⁴ Paris, Hachette, 3 v., 1978.

²⁵ Paris, 3 v., 1901-1904.

²⁶ Paris, Vrin, 1974 (1. éd., 1950).

²⁷ Paris, 1895.

²⁸ Sobre este ponto deve-se observar o número especial "Histoire des sciences et mentalités", *Revue de Synthèse*. 111-112, juil-dec. 1983, particularmente o artigo de CHARTIER, Roger, *Histoire intellectuelle et histoire des mentalités. Trajectoires et questions*, que clama acertadamente por uma reaproximação da história das idéias e a história das mentalidades.

²⁹ A empatia, contrariamente à simpatia, não implica em nenhuma identificação. Esta distinção elementar parece não ter sido compreendida por todos. Eu me dei conta disto quando fui repreendido por alguns, após ter escrito sobre o liberalismo, século XIX, partindo de Guizot. Ao mesmo tempo, a empatia necessita um *travail d'information* (que me capacite a analisar os dados da situação na qual se encontra um autor, e apreender com riqueza a estrutura do campo histórico-intelectual no qual se move) e um *travail de distanciation* (que me permite analisar permanentemente a diferença entre minha situação própria e aquela que observo). MAUCORPS, P.H. e BASSODI, R. escrevem em "Empathie et connaissance d'autrui", citado in: FOULQUIÉ, Jean. *Dictionnaire de la langue philosophique*. Paris, PUF, 1969: "A empatia apresenta uma característica mais desinteressada, mais conjectural e, de alguma forma, mais especulativa que a simpatia. Também aparece essencialmente como movimento participativo, visando a compreensão do outro na qualidade de *outro* e a antevisão de suas potencialidades".

³⁰ *Histoire politique de la revolution française*, Paris, 1913.

³¹ O subtítulo do livro de AULARD, *Origines et développement de la démocratie et de la république*, é, por si mesmo, ilustrativo desta concepção.

³² Cambridge University Press, 1978, 2 vol.. Podemos compará-lo à obra citada de P. Mesnard para observar o abismo que separa os dois livros. Skinner explicou seu método em uma série de artigos muito interessantes. Principalmente: "Meaning and understanding in the History of ideas, History and Theory. VII, 1, 1969; Some problems in the analysis of political thought and action". *Political Theory*. 2-3 v., august 1974 (coletânea que reúne testemunhos de um simpósio consagrado à Skinner); "Motives, intentions and the interpretation of texts". *New Literary History*. 3 v., 1972.

³³ Cf. Leo Strauss e J. Cropsey, que resumem muito bem seu ponto de vista em *History of political Philosophy*, Chicago University Press, 1963, particularmente como representantes da "Text School".

³⁴ Recentemente encontrei um jovem estudante de Chicago a quem o professor, que é um discípulo conhecido de L. Straus, tinha passado a tarefa de escrever sobre a *Théorie des sentiments moraux* de A. Smith, no seu impedimento de ler alguma obra de comentário ou livro de história sobre o período!

³⁵ Cf. AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words*. Oxford, Clarendon Press, 1962. Segundo Austin, a linguagem é uma atividade que completa qualquer coisa, não apenas uma operadora passiva da significação.

³⁶ Este debate repercutiu muito pouco na França, mas a bibliografia é imensa. Para um primeiro contato pode-se ler dois artigos fundamentais: POCKOCK, J. G. A. "The history of political thought: a methodological enquiry, in philosophy". *Politics and societies*. 2. series, ed. by Peter Laslett, Oxford, Oxford University Press, 1962 (Pocock é autor do notável *The Machiavellian moment*. Princeton, 1975; a dimensão deste artigo não nos permite discutir o método de sua obra e, menos ainda, a de *Politics and vision*, de WOOLIN, Sheldon. Boston, Little, Brown and Co., 1960; estas duas obras abriram uma perspectiva que muito se aproxima do que chamei História Conceitual do Político, tendo por objeto um período muito amplo talvez); JANSSEN, Peter L. "Political thought as traditionary action; the critical response to Skinner and Pocock". *History and theory*. XXIV, 2, 1985. Todo este debate mereceria ser apresentado ao público francês (uma vez que as muitas páginas que lhe foram consagradas estão em inglês).

³⁷ Isto coloca, note-se, o problema da modernidade como um campo problemático nos termos tratados constantemente. Tais questões mereceriam um debate dedicado à pertinência do conceito de modernidade na filosofia política.